

**Associação Vale para o
Desenvolvimento Sustentável**

**Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes**

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	2
Demonstrações contábeis	4
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos:
Administradores da
Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável, compreendendo os balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009 e as respectivas demonstrações do superávit/ (déficit) e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2012.



Ana Cristina Linhares Areosa
CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 S-RJ

Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009

(Em reais)

ATIVO

	Notas	2011	2010	2009
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.904.357	7.555.647	19.775
Recursos repassados	4	11.715.584	2.183.572	4.109.832
Tributos a recuperar	-	5.342	8.149	-
Adiantamento a fornecedores	-	8.235	8.235	-
Total do ativo circulante		23.633.518	9.755.603	4.129.607
Ativo não circulante				
Intangível	5	12.142	-	-
Total do ativo não circulante		12.142	-	-
Total do ativo		23.645.660	9.755.603	4.129.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009

(Em reais)

PASSIVO

	Notas	2011	2010	2009
Passivo circulante				
Fundo de apoio ao projeto	7	23.608.844	9.405.060	4.129.607
Obrigações trabalhistas e tributárias	6	36.816	350.543	-
Total do passivo circulante		23.645.660	9.755.603	4.129.607
Total do passivo		23.645.660	9.755.603	4.129.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável

Demonstração do superávit/ (déficit) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita com doações	9	9.058.335	11.178.267	1.663.565
Aplicações de recursos	9	(7.569.417)	(8.918.444)	(1.127.484)
Receita operacional líquida		<u>1.488.918</u>	<u>2.259.823</u>	<u>536.081</u>
Receitas/ (despesas) operacionais				
Administrativas, comerciais e gerais	10	(1.487.763)	(2.200.857)	(535.869)
Resultado financeiro	11	(1.155)	(58.966)	(212)
		<u>(1.488.918)</u>	<u>(2.259.823)</u>	<u>(536.081)</u>
Superávit/ (déficit) do exercício		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009

(Em reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Das atividades operacionais			
Superávit/ (déficit) do exercício	-	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Amortizações	429	-	-
Decréscimo/ (acréscimo) em ativos			
Recursos repassados	(9.532.012)	1.926.261	(4.109.833)
Adiantamento a terceiros	-	(8.235)	-
Impostos a recuperar	2.807	(8.149)	-
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos			
Fundo de apoio a projetos	14.203.784	5.275.452	4.129.607
Obrigações fiscais	(313.727)	350.543	-
Caixa proveniente das operações	<u>4.361.281</u>	<u>7.535.872</u>	<u>19.775</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>4.361.281</u>	<u>7.535.872</u>	<u>19.775</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Acréscimo do intangível	(12.571)	-	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	<u>(12.571)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.348.710</u>	<u>7.535.872</u>	<u>19.775</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	7.555.647	19.775	-
No final do exercício	11.904.357	7.555.647	19.775
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.348.710</u>	<u>7.535.872</u>	<u>19.775</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009 (Valores expressos reais)

1. Contexto operacional

A Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável (“Entidade”) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, constituída em 30 de junho de 2009, para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a preservação e a conservação do meio ambiente com a melhoria das condições socioeconômicas das regiões onde atua, provendo apoio financeiro ou serviços.

A Entidade se mantém por meio de doações espontâneas e outras, efetuadas por seus Associados fundadores-mantenedores, em dinheiro ou comodato de bens móveis e imóveis, com o intuito de garantir a execução dos objetivos que a Associação pretende alcançar.

Para a realização de seus objetivos, a Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável apoia financeiramente ou com serviços as seguintes atividades:

- monitoramento, conservação ambiental e criação de novas áreas de conservação em biomas relevantes para a sustentabilidade;
- promove a criação, manutenção e consolidação de unidades de conservação, parques botânicos, zoobotânicos e viveiros, bem como o patrimônio neles existentes, incluindo benfeitorias atuais e futuras, apoiando a criação, aprimoramento e execução dos respectivos planos de uso e manejo;
- desenvolvimento e apoio à implantação e execução de projetos de recuperação de áreas degradadas, de sistemas agroflorestais e de arborização urbana, em áreas públicas e privadas, e atividades ligadas à produção e plantação de mudas;
- desenvolvimento de estudos visando estimular a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, com a consequente melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações;
- realização ou apoio a estudos de impacto ambiental decorrentes das atividades comerciais e industriais, de modo a prevenir a degradação ambiental, em todas as duas manifestações, assegurando a mais ampla participação da sociedade civil;
- apoio à criação de novas formas de governança e gestão pública e privada, voltadas ao desenvolvimento sustentável;
- apoio à criação de uma infraestrutura física e institucional que possibilite compatibilizar o crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável no Brasil e em países em desenvolvimento;

- estímulo à parceria, ao diálogo local e à solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem interesses comuns;
- contratação de pessoas e serviços, podendo firmar convênios, acordos, contratos, termos de cooperação, troca de informações, adesões, realizar ou apoiar projetos, programas, pesquisas e parcerias de qualquer natureza com organismos ou entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- comercialização de produtos e serviços ligados aos seus objetivos institucionais, visando à sua auto sustentabilidade, observando o disposto no artigo 3 do estatuto;
- desenvolvimento de quaisquer outras atividades lícitas que se coadunem com a sua missão institucional.

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável é imune de imposto de renda e contribuição social, conforme disposto na Constituição Federal Brasileira.

De acordo com o disposto na Lei nº 9.790, as entidades que objetivam obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) deverá reunir as seguintes condições, cumulativamente, para fazer jus a essa isenção:

- a) a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- b) a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;
- c) a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- d) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;
- e) a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;
- f) a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;
- g) as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (PME).

As demonstrações contábeis da Entidade foram autorizadas para emissão pela diretoria em 16 de março de 2012.

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Apuração do superávit/ (déficit) do exercício e reconhecimento de receitas de doações

O superávit/ (déficit) do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009, os recursos recebidos pela Entidade são oriundos de doações, realizadas pelos seus mantenedores, com destinação para apoiar projetos, bem como custear a manutenção e infraestrutura da Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável. Esses recursos são contabilizados em rubricas específicas no grupo de passivo circulante, sendo realizada a apropriação contábil no resultado do exercício, quando da prestação de contas por seus parceiros, dos recursos repassados.

c) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

d) Impostos e contribuições

A Entidade está isenta do pagamento de imposto de renda, contribuição social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), dessa forma não é registrado nenhum valor a título de IR/ CS e COFINS.

No entanto, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, como definidos pela legislação trabalhista, são obrigadas a recolher PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal.

e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009, a Entidade não possuía ações judiciais de natureza tributária, cíveis e trabalhistas.

f) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

b) Vida útil dos bens do intangível

A Entidade revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de amortização dos bens do intangível no final de cada período de relatório. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na Nota Explicativa nº 5.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários à vista:

Descrição	2011	2010	2009
Banco conta movimento	11.904.357	7.555.647	19.775

4. Recursos repassados

São recursos financeiros do fundo de apoio a projetos, repassados aos parceiros-executores, com o objetivo de preservação e conservação do meio ambiente.

Os valores repassados para aplicação em projetos são registrados no ativo e quando as entidades responsáveis por esses projetos prestam contas da destinação dos recursos, são efetuados os lançamentos de baixa do ativo em contrapartida da conta “Aplicações de recursos” no resultado do exercício.

Os exercícios de 2011, 2010 e 2009, apresentaram saldos de recursos repassados com prestações de contas pendentes de aprovação para as seguintes entidades:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	2.554.028	193.073	299.350
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora	449.416	61.158	331.040
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon	2.577.900	1.006.471	2.165.717
The Nature Conservancy - TNC	1.562.488	858.660	948.162
Amigos da Terra - Amazônia Brasileira	175.951	-	-
Fundação Roberto Marinho	1.212.397	-	-
Instituto Centro de Vida - ICV	618.598	-	-
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável - IDESAM	286.034	-	-
Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas - SPRP	418.558	-	-
Outros	1.860.214	64.210	365.563
Total	11.715.584	2.183.572	4.109.832

4.1. Projetos atuais

O Fundo Vale criou uma nova forma de se posicionar com relação à sustentabilidade e de participar de projetos estruturantes com o terceiro setor.

Atua no engajamento de instituições renomadas e procuramos parceiros - ONGs, filantropias, instituições financeiras internacionais, bilaterais e governamentais - com o objetivo de:

- conceber e realizar projetos de forma integrada;
- transferir tecnologias e recursos financeiros durante a implementação dos projetos;
- estabelecer redes de conhecimento, compartilhando as experiências positivas.

No bioma amazônico, os projetos desenvolvidos pelo Fundo Vale estão agrupados em três eixos temáticos:

- **Monitoramento estratégico**

Os projetos de monitoramento estratégico, iniciados pela Amazônia Legal, estão focados em identificar áreas sob pressão de desmatamento ilegal e que exigem algum tipo de intervenção pública.

- **Áreas protegidas e biodiversidade**

Os projetos em áreas protegidas e biodiversidade pretendem garantir a preservação e a integridade de cerca de 15 milhões de hectares de áreas protegidas por meio de uma estratégia integrada.

- **Municípios verdes**

O Fundo Vale apoia um novo pacto de desenvolvimento sustentável em municípios críticos ao longo da fronteira da exploração madeireira ilegal e de combate ao desmatamento.

4.2. Área de atuação

Monitoramento estratégico

- Bioma Amazônico.

Áreas protegidas e biodiversidade

- consolidação das áreas de conservação da Calha norte;
- consolidação das áreas extrativistas da terra meio;
- implementação e sustentabilidade da reserva da biosfera de Marajó.

Municípios verdes

- Paragominas - PA; Almerim - PA; São Felix do Xingú - PA; Novo Progresso - PA; Sul do Amazonas - AM; Apuí - AM; Acre - AC; Alta Floresta - MT e Cotriguaçu - MT.

5. Intangível

a) Composição dos saldos

	% - Taxa anual de amortização	2011			2010	2009
		Custo	Amortizações acumuladas	Intangível líquido	Intangível líquido	Intangível líquido
Direito de uso de software	20%	12.571	(429)	12.142	-	-

b) Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/2010	Adições	Amortizações	Baixas	Saldo em 31/12/11
Direito de uso de software	-	12.571	(429)	-	12.142

6. Obrigações fiscais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Secretaria da Receita Federal	26.793	26.793	-
IRRF- pessoa jurídica a recolher	2.591	-	-
PIS/ COFINS a recolher (*)	7.432	323.750	-
Total	36.816	350.543	-

(*) devido ao registro do OSCIP ter ocorrido somente em março de 2011, a Entidade, de forma conservadora, apurou e recolheu o PIS e COFINS sobre o montante total de receitas reconhecidas no resultado, até o exercício de 2010.

7. Fundo de apoio a projetos

Esta rubrica representa recursos oriundos de seus Mantenedores, para garantir a execução dos projetos de preservação e conservação do meio ambiente, mantidos pelos parceiros da Entidade. À medida que os parceiros prestam contas dos recursos repassados e aplicados nos projetos aprovados pela Entidade, esses recursos são baixados e, na mesma proporção, em contrapartida da rubrica “Receita com doações”, no resultado do exercício:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Vale S/A	20.201.834	7.760.168	3.551.435
Florestas S/A	2.940.891	1.644.892	578.172
Dow Agrociense	466.119	-	-
Total	23.608.844	9.405.060	4.129.607

8. Patrimônio social

As rendas geradas pela Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa nº 1.

Em caso de extinção da Associação, que ocorrerá somente com aprovação de 2/3 dos membros da Assembleia Geral, os bens patrimoniais serão destinados a outra associação sem fins lucrativos e de natureza semelhante, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sob aprovação do Ministério Público.

Até 31 de dezembro de 2011, a Entidade não constituiu patrimônio social, tendo em vista que os recursos recebidos dos seus Mantenedores foram mantidos em conta específica de passivo circulante, uma vez que serão aplicados em projetos específicos. Não houve, também, recebimento de bens patrimoniais.

Em 2012, conforme deliberações das diretorias das entidades associadas-mantenedoras, foi aprovado aporte para o exercício no montante de R\$ 24.444.000 (vinte e quatro milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil reais).

Constando, também, a decisão da diretoria da Associação na distribuição desses recursos para o fundo de apoio a projetos e para o custeio/ manutenção da infraestrutura da entidade.

9. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Receitas operacionais - doações para projetos	7.569.417	8.918.444	1.127.484
Receitas para custeio administrativo	1.488.918	2.259.823	536.081
Total	9.058.335	11.178.267	1.663.565

A seguir, a composição dos recursos aplicados por parceiro:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
IEB	-	662.848	162.147
IMAFLOA	732.483	1.066.479	197.947
IMAZON	3.568.629	4.246.578	371.497
ISA	857.963	783.817	82.387
PEABIRU	144.409	831.743	-
TNC	883.775	962.233	196.701
ICV	333.271	-	-
IDESAM	322.772	-	-
IFT	331.472	364.746	116.805
SPRP	394.643	-	-
Total	7.569.417	8.918.444	1.127.484

10. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas são compostas por gastos necessários à Administração da Entidade. Durante os exercícios de 2011, 2010 e de 2009, estas despesas foram compostas, em grande parte, por prestadores de serviços pessoas jurídica e patrocínio a eventos de parceiros:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Despesas administrativas			
Telefone e Internet	540	-	-
Reprodução	10.235	-	-
Viagens e representações	18.710	17.058	-
Materiais auxiliares	975	-	-
Serviços prestados - pessoa física	2.610	-	-
Serviços prestados - pessoa jurídica	72.717	12.000	-
Auditoria	30.385	271.295	-
Consultoria	629.384	206.858	-
Contabilidade	18.698	106.881	-
Contribuições associativas	48.081	-	-
Amortização	429	-	-
Patrocínio	654.999	38.000	-
	1.487.763	652.092	-

Despesas tributárias			
PIS (*)	-	271.486	95.588
COFINS (*)	-	1.250.482	440.281
Multas	-	26.794	-
	-	1.548.762	535.869

Despesas administrativas e tributárias	1.487.763	2.200.857	535.869
---	------------------	------------------	----------------

(*) vide Nota Explicativa nº 6.

11. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Receita de juros	315	-	-
Despesas bancárias	950	817	212
Juros, multas e outros	520	(58.149)	-
Total	1.155	(58.966)	212

12. Recursos transferidos para a execução de projetos

Representa o total de recursos transferidos, aos parceiros-executores, para a execução dos projetos apoiados nos exercícios a seguir:

Descrição	2011	2010	2009	Total
IEB	2.360.955	556.571	461.497	3.379.023
IMAFLOA	1.120.741	796.597	528.987	2.446.325
IMASON	5.140.058	3.087.332	2.537.214	10.764.604
ISA	1.900.096	778.965	310.530	2.989.591
PEABIRU	579.730	672.737	-	1.252.467
TNC	1.587.602	872.732	1.144.863	3.605.197
Amigos da Terra	175.951	-	-	175.951
Fundação Roberto Marinho	1.212.397	-	-	1.212.397
ICV	951.869	-	-	951.869
IDESAM	608.806	-	-	608.806
IFT	650.023	227.250	254.225	1.131.498
SPRP	813.201	-	-	813.201
Total	17.101.429	6.992.184	5.237.316	29.330.929

Os montantes apresentados são apurados por meio da fórmula:

- $RAP = RR f - RR i + RTEP.$

Onde:

- **RTEP** => Recursos Transferidos para a Execução de Projetos (Nota nº 9);
- **RR f** => Recursos Repassados saldo final do exercício (Nota nº 4);
- **RR i** => Recursos Repassados saldo início do exercício (Nota nº 4);
- **RAP** => Recursos Aplicados em Projetos.

* * *